



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA

DÉBORA MYRLAN ALVES DA SILVA

**IDEOLOGIA NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA COMPARADA DA RELAÇÃO ENTRE
EDUCAÇÃO CÍVICA OBRIGATÓRIA E APOIO À DEMOCRACIA NAS AMÉRICAS.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Recife

2025

DÉBORA MYRLAN ALVES DA SILVA

**IDEOLOGIA NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA COMPARADA DA RELAÇÃO ENTRE
EDUCAÇÃO CÍVICA OBRIGATÓRIA E APOIO À DEMOCRACIA NAS AMÉRICAS.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Bacharelado em Ciência Política da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial
para obtenção de título de bacharel em Ciência
Política.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Nara de Carvalho Pavão.

Recife

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Débora Myrlan Alves da.

Ideologia na Educação: Uma perspectiva comparada da relação entre educação cívica obrigatória e apoio à democracia nas Américas / Débora Myrlan Alves da Silva. - Recife, 2025.

54 p. : il., tab.

Orientador(a): Nara de Carvalho Pavão

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciência Política, 2025.

1. educação cívica. 2. apoio à democracia. 3. comportamento político. 4. sistemas educacionais.. I. Pavão, Nara de Carvalho. (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

DÉBORA MYRLAN ALVES DA SILVA

**IDEOLOGIA NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA COMPARADA DA RELAÇÃO ENTRE
EDUCAÇÃO CÍVICA OBRIGATÓRIA E APOIO À DEMOCRACIA NAS AMÉRICAS.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Bacharelado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Ciência Política.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Nara de Carvalho Pavão.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra Nara Carvalho Pavão (Orientadora)
Departamento de Ciência Política - UFPE

Matheus Silva Cunha (Examinador Interno)
Departamento de Ciência Política - UFPE

Ulisses Matheus Braga de Freitas Melo (Examinador Interno)
Departamento de Ciência Política - UFPE

AGRADECIMENTOS

Finalizar esta etapa faz parte de um sonho plantado e cultivado coletivamente. Sou prova de que, de fato, é preciso uma comunidade inteira para educar alguém. Agradeço aos meus avós: Maria das Graças, Nivaldo Zacarias, Maria Lizalma e Paulo João, com quem tive o privilégio de conviver em vida, e que me ensinaram a “aprender a aprender”, além de estruturarem comigo uma vida saudável e longeva para mim e para os meus. Aos meus pais, João Paulo e Adalgiza Santana, que aprenderam com seus pais, reconheceram desde cedo em mim a curiosidade e a sede pelo saber, e nunca relutaram em me proporcionar educação. À minha irmã, Ana Júlia, por me lembrar mesmo sem querer do porquê continuar. Agradeço à minha versão de quatro anos atrás, que conseguiu visualizar uma maneira de trilhar meu próprio caminho. E a todas as vezes que errei, acertei e insisti em verdades absolutas, para depois descobrir que nada é absoluto. Por me permitir transitar entre a pessoa que tem seus recalques e afetos atravessados, e a pesquisadora que observa de longe e por ter respeitado que, antes de me organizar, eu precisava me desorganizar internamente. Às pessoas que conheci e às conexões que fiz, como minha parceira e amiga Letícia Beatriz, que acreditou nos meus sonhos mais loucos e me mostrou que a vida pode ser muito mais do que eu imaginei, quando se tem amor. Aos meus amigos, os quais considero a família que construí: Alysson, Arthur, Alice, Julia, Rayanne, Regina, Lira e João Vinícius, que me permitiram criar e conhecer lugares onde pude ser e deixar de ser tantas vezes nesse processo. Aos meus queridos amigos que consolidei no curso: Mariana, Syllas, Gabriela, Marília, Kayllane — e aos demais colegas — por me arrancarem risadas nos momentos mais inoportunos, por proporcionarem reflexões por longas horas nas bibliotecas e cultivarem memórias tão lindas e únicas dentro e fora da UFPE e que hoje fazem parte de quem sou. E, principalmente, por evidenciarem que “há beleza bastante em estar aqui e não noutra parte qualquer.”

Agradeço aos docentes do Departamento de Ciência Política Rafael Mesquita e Nara Pavão — que orientou este trabalho — por me proporcionarem oportunidades que impulsionaram o desenvolvimento e enriqueceram minhas experiências, e que são exemplos de profissionais para mim e para tantos alunos.

RESUMO

Nos últimos anos, os sistemas educacionais têm se tornado alvos constantes de debates e disputas políticas, especialmente em torno da presença de ideologias e da suposta doutrinação de crianças e jovens. Nesse contexto, a educação cívica tem sido historicamente utilizada como instrumento de formação política, seja para fortalecer regimes democráticos ou para reforçar ideologias de governos autoritários. Este trabalho analisa o impacto da presença da educação cívica obrigatória sobre o apoio à democracia liberal em países da América do Sul, Central e do Norte. Este trabalho investiga o impacto da obrigatoriedade da educação cívica sobre o apoio à democracia liberal em 21 países das Américas. Parte-se da hipótese de que a simples presença da disciplina nos currículos não garante maior adesão a valores democráticos, e que o conteúdo ideológico pode afetar de formas distintas as atitudes políticas. Utilizando modelos de regressão logística ordenada (odds ratios), a análise cruza dados do *Education Policies and Systems across Modern History* (EPSM), que identificam a obrigatoriedade e os conteúdos ideológicos da educação cívica, com respostas de surveys de 2023 do *Latin American Public Opinion Project* (AmericasBarometer) sobre apoio à democracia. Os resultados indicam que, em contextos onde a educação cívica é obrigatória, há menor propensão ao apoio à democracia. O achado desafia a ideia de que a obrigatoriedade, por si só, fortalece valores democráticos.

Palavras-chave: educação cívica; apoio à democracia; comportamento político; ideologia na educação;

ABSTRACT

In recent years, educational systems have increasingly become the focus of political debates and disputes, particularly concerning the presence of ideologies and the alleged indoctrination of children and youth. In this context, civic education has historically been used as a tool for political socialization — either to strengthen democratic regimes or to reinforce the ideologies of authoritarian governments. This study examines the impact of mandatory civic education on support for liberal democracy across 21 countries in South, Central, and North America. It is based on the hypothesis that the mere inclusion of civic education in school curricula does not necessarily foster stronger adherence to democratic values, and that the ideological content of this education may shape political attitudes in different ways. Using ordered logistic regression models (odds ratios), the analysis combines data from the *Education Policies and Systems across Modern History* (EPSM) — which identifies the mandatory nature and ideological content of civic education — with responses from the 2023 *Latin American Public Opinion Project* (AmericasBarometer) surveys regarding support for democracy. Findings suggest that in contexts where civic education is mandatory, individuals are less likely to support democracy. This challenges the assumption that mandatory civic education alone is sufficient to promote democratic values.

Key-words: civic education; democracy support; political behavior; ideology in education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Reformas educacionais de educação primária obrigatória nos países seleccionados em ordem cronológica.....	23
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da variável apoio_democracia.....	38
Tabela 2 - Distribuição da variável national_civics_prim.....	39
Tabela 3 - Distribuição do conteúdo ideológico na educação cívica obrigatória por país.....	40
Tabela 4 - Distribuição binária das variáveis de conteúdo ideológico.....	41
Tabela 5 - Operacionalização e descrição das variáveis.....	42
Tabela 6 - Efeitos marginais do modelo logit - existência da Educação Cívica primária obrigatória.....	44
Tabela 7 - Efeitos marginais do modelo logit - Presença de conteúdo ideológico na Educação Cívica primária obrigatória.....	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapeando conceitos: Ideologia na educação.....	30
Figura 2 - Apoio à Democracia (Média por país).....	43
Figura 3- Odds Ratios com intervalo de Confiança.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEMSPACE – *Democratic Space Index*

EPSM – *Education Policies and System across Modern History*

LAPOP – *Latin American Public Opinion Project*

LGBTQIAP+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais.

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG – Organização Não Governamental

PT – Partido dos Trabalhadores

V-DEM – *Varieties of Democracy*

V-INDOC – *Varieties of Political Indoctrination in Education and the Media*

WERD – *World Education Reform Database*

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. A relação: Educação e Democracia	17
3. Educação Cívica	19
3.1 Sistemas Educacionais	19
3.2. Educação Cívica: Controle ou Emancipação?	21
4. A ideologia na Educação Cívica	25
4.1 Desmistificando a Ideologia, Doutrina e doutrinamento	28
5. A importância do Apoio à Democracia.	30
6. Expectativas	34
6.1 Educação Cívica Obrigatória e Apoio a Democracia (H1)	34
6.2 Conteúdo da Educação Cívica e Apoio à Democracia (H2)	34
7. Metodologia e Dados	35
7.1 Desenho de pesquisa	35
7.2 Modelagem de dados	36
7.3 Seleção de países	37
7.4 Variável Dependente	38
7.5 Variáveis Independentes	38
7.5. Variáveis de controle	41
8. Resultados	42
8.1 Modelo 1	43
8.2 Modelo 2	46
9. Conclusão	48
REFERÊNCIAS	51

1. Introdução

O debate público sobre o teor político e ideológico dos sistemas educacionais têm ganhado destaque nas últimas décadas em democracias ao redor do mundo e tem sido identificado por movimentos e iniciativas que questionam a neutralidade do ensino. Um exemplo emblemático no contexto brasileiro, foi a ascensão do movimento “Escola sem Partido” de 2004, após eleição do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O movimento deu origem a um projeto de lei que visava combater o doutrinação ideológico e político em escolas, tratando especificamente de pautas como aborto, questões de gênero, em especial direcionada aos direitos LGBTQIAP+. O projeto de lei do Senador Magno Malta (PL/ES), buscava reformular as diretrizes e bases da educação nacional (PLS 193/2016) em todas as modalidades de ensino, desde a grade de ensino primário até a grade de ensino superior. (MALTA, 2016)

A polarização política tem se refletido nas discussões sobre a educação, frequentemente atravessadas pela desinformação e por narrativas maniqueístas dentre os espectros. Em 2018, durante a campanha presidencial com a candidatura de ex-ministro da Educação, Fernando Haddad (2006-2012) (PT), circulou uma notícia falsa de que políticas anteriores vinculadas ao partido teriam instituído que junto ao kit escolar das escolas públicas, materiais para disseminar “ideologia de gênero”. Essa distorção se referia ao projeto intitulado “Escola sem Homofobia”, um pilar do programa “Brasil sem homofobia” do Governo Federal em 2004, e deixou de ser distribuído em 2011 por ordens da ex-presidente Dilma Rousseff.

Em paralelo, é possível observar movimentos semelhantes em outros países como o movimento "*Con Mis Hijos No Te Metas*", que ganhou força no Peru em 2016 e logo se espalhou em países vizinhos como Equador, Chile, Argentina e Paraguai (SCHREIBER, 2018). Em 2023, no Canadá, cerca de um milhão de pessoas alinhadas ao movimento

conservador foram às ruas na então conhecida “March for Children” protestando contra o ensino da “ideologia de gênero” nas escolas (CHRIS PANDOLFO, 2023) Após a reeleição em 2025 de Donald Trump nos Estados Unidos, políticas educacionais refletem essa tensão que se estende até os dias atuais, com decretos e projetos de lei oficiais que demarcam o fim do ensino de letramento racial e estudos de gênero em escolas. (DE S. PAULO, 2025). Episódios como esses evidenciam como a discussão sobre a educação e a ideologia tem ganho dimensão e impacta no comportamento e nas atitudes políticas.

A centralidade da educação nos debates políticos se deve, em parte, à percepção de que a formação das novas gerações influenciam diretamente na transformação ou na manutenção do status quo (SANBORN; THYNE, 2013). A partir disso, existe uma narrativa cultural, subgênero do cinema e da literatura em especial, que exploram cenários de guerra e vivências em regimes autocráticos e ditaduras militares em especial na América Latina, a partir de ponto de vista infanto-juvenil, a exemplos: *Jojo Rabbit*, “Vá e veja” (contexto europeu, mas vale pros exemplos), “O ano em que meus pais saíram de férias: (2006)”, “Menino de kichute”, “A culpa é de Fidel”, “Kamchatka”, “Machuca”, e uma lista imensa de obras relacionadas sobre quase todos os países. Nesses casos, crianças e adolescentes, muitas vezes são representados no imaginário coletivo como indivíduos inocentes e facilmente manipuláveis, e colocados na posição de vítimas em narrativas políticas que buscam justificar a intervenção estatal nos conteúdos educacionais, que são percebidas como ferramentas políticas utilizadas para induzi-los. Essa dinâmica reforça o clima de polarização ideológica e alimenta discursos que se baseiam na oposição das supostas “doutrinação marxista” e “ideologia de gênero”, e que fundamenta a narrativa de uma educação “neutra”, sem teor político evidente. Uma ilustração da tentativa combativa da ideologia na educação, veio a partir da denúncia feita pelo *The Intercept* em relação ao projeto não-governamental e independente Brasil Paralelo, que se apresenta como um projeto sem fins lucrativos passa a

atuar em mais de 285 instituições espalhadas pelo Brasil, a fim de combater domínio de conteúdos considerados esquerda sob os conteúdos em instituições educacionais e culturais, ainda que não houvesse a formalização por lei do projeto “Escola sem partido”. (BBC, 2018)

“Sabemos que o progressismo investe há décadas em falsos projetos sociais com o objetivo de emburrecer o povo, destruir valores familiares, normalizar o crime, incentivar o aborto. Não tendo condições de se defender, essas famílias acabam sendo reféns desse ‘cativeiro cultural’, tornando-se massa de manobra eleitoral.” (THE INTERCEPT BRASIL, 2024)

Grupos de diferentes espectros políticos adotam interpretações divergentes sobre o papel dos sistemas educacionais, enquanto mais a esquerda é feita a crítica da reprodução eurocêntrica de da dinâmica mercadológica e capitalista sob o ensino, - localizados mais à direita denunciam uma doutrinação que enfraquece os valores morais, tradicionais e a competitividade econômica (CLAASSEN; MAGALHÃES, 2020). Esse embate revela como o conteúdo tem contornado a discussão sobre o que se deve aprender nas escolas como um campo de disputa política.

O impacto da educação sobre as atitudes políticas é amplamente discutido na ciência política, e já estabeleceu consensos na área do comportamento político sobre os impactos diretos e indiretos que o nível de educação possui, em especial a respeito de como a formação acadêmica pode alavancar um país em termos de desenvolvimento econômico, a participação e o apoio à democracia. Já a educação cívica entendida como o ensino de pautas políticas ligados aos valores do sistema político do regime atual, que carregam o status de ideologia oficial do regime quando constitucional ou cultural (DEL RÍO; KNUTSEN; LUTSCHER, 2024), é uma característica que acaba passando despercebida em algum desses estudos, onde a oferta da educação cívica obrigatória ou não pelos sistemas educacionais, além de quais conteúdos são abordados durante a educação cívica influencia diferentes padrões de comportamento, percepções e atitudes políticas. A educação cívica é vista como um dos

principais mecanismos de fortalecimento democrático (Finkel and Lim, 2020; Finkel and Smith 2011). Por outro lado, regimes não-democráticos se utilizam da educação cívica para reforçar apoio ao regime para disseminar seus valores, podando a liberdade de expressão, opinião e pensamento crítico (LINDSKOG; CARELLI, 2024). Nesses casos, a educação cívica não atua como um vetor de manutenção democrática, mas como uma ferramenta de controle ideológico (AGUSTINA S. PAGLAYAN, 2022). Por isso, o interesse neste estudo é o de identificar **de que forma países que possuem educação cívica obrigatória incentivam o apoio à democracia.**

Para investigar a relação entre a educação cívica obrigatória (Variável independente) e o apoio à democracia (variável dependente), será explorado a partir do conjunto de dados Education Policies and System across Modern History (EPSM) (DEL RÍO; KNUTSEN; LUTSCHER, 2024), que examina as características em *jure* das políticas educacionais em 157 países com cobertura entre 1789 até 2020. Este conjunto de dados permite avaliar fatores centrais, como a existência da educação cívica obrigatória, o conteúdo curricular e os requisitos ideológicos, baseando-se em fontes primárias (leis e decretos educacionais) e secundárias (pesquisas acadêmicas, relatórios e jornais), e que orienta o estudo a partir das variáveis sobre a existência da oferta do ensino cívico obrigatório na educação primária, e quais os conteúdos ideológicos disseminados. Ainda tratando da educação cívica, também é utilizado de maneira exploratória e descritiva outras bases de dados para discorrer sobre a relação entre apoio a democracia e educação cívica, como o conjunto de dados Variedades de Doutrinação (V-Indoc) (NEUNDORF et al., 2024) desenvolvido pelo Varieties of Democracy Institute (V-Dem), que apresenta novos índices e indicadores sobre a politização da educação e da mídia ao redor do mundo e permite explorar oferece cobertura de 160 países de 1945 a 2021, e apresenta 13 índices e 27 indicadores sobre esforços de doutrinação na educação e na mídia o que permite explorar os conceitos de ideologia e doutrina e entre educação cívica para

o estudo. Bem como o World Education Reform Database (WERD) (BROMLEY, PATRICIA ET AL., 2023) desenvolvida pela universidade de Stanford que descreve mais de 10.000 mudanças nas políticas educacionais relatadas por mais de 180 países a organizações internacionais, entre outras fontes, com cobertura temporal entre 1970 e 2025, para explorar a influência histórica e adoções constitucionais datados sobre o ensino cívico obrigatório.

Para variável dependente, foram selecionadas respostas de *surveys* de 2023 providos do Latin American Public Opinion Project (AMERICASBAROMETER, 2021) que examinam o apoio à democracia em 27 países americanos e representam mais de 600 milhões de respondentes. Desta base, foram selecionados para análise 21 países ao todo: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Guatemala, Honduras, Haiti, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Paraguai, El Salvador, Uruguai e Estados Unidos.

2. A relação: Educação e Democracia

Desde o princípio na literatura e na filosofia política há uma discussão pertinente sobre a relação entre educação e democracia. Esse debate sustenta até os dias atuais o argumento da distribuição da educação de forma homogênea, pública e gratuitamente. Por essa razão, autores como John Stuart Mill passam a defender a democracia potencializada por uma educação pública de qualidade e acessível. Segundo essa perspectiva, o acesso à educação fornece aos indivíduos os mecanismos necessários para desenvolver senso crítico, defender seus direitos e atuar ativamente na vida política. Enquanto filósofos como Locke, Platão e Rousseau discutem a ideia de que as crianças são "maleáveis" e podem ser moldadas para se tornarem cidadãos obedientes. Com ressalvas ao pensamento de Mill, a ideia de um governo que provê um sistema de educação pública voltado para a formação cidadã continua sendo um amplamente defendida pela literatura.

A educação é trabalhada enquanto um vetor positivo em relação à democracia. Dentre os resultados mais associados a relação entre educação e democracia, temos a teoria do desenvolvimento econômico e redução das desigualdade a partir da oferta da educação nos anos iniciais, aumenta o apoio às práticas democráticas (Lipset, 1960), maiores níveis de tolerância política (STUBAGER, 2008), como impulsionadora das habilidades e do conhecimento político, que funcionam como mecanismos causais que desencadeiam atitudes (PERSSON, 2015). Dentro desse campo de estudo, destacam-se três modelos teóricos dominantes que exploram a relação entre nível educacional e democracia. O modelo de educação absoluta por (*"The absolute education model"*) onde a relação entre grau de educação e participação é diretamente proporcional e determinista para as atitudes políticas; o modelo de educação relativo (*"The relative education model"*) onde a educação possui uma relação direta com o engajamento do indivíduo mas que se difere do primeiro modelo por estabelecer uma relação indireta entre educação e atitude, onde quanto mais educação o indivíduo acessa, mais ele obtém habilidades e conhecimentos para direcionar seu posicionamento político bem como suas atitudes; e por fim o modelo de socialização pré-adulto (*"The pre-adult socialization model"*), que enfatiza a influência do contexto da socialização na formação política dos indivíduos antes da vida adulta, tendo a educação apenas como um dos intermediários que moldam as atitudes. Destes três, este estudo tem como base o modelo de socialização pré-adulto, considerando os primeiros anos de contato com a educação, além de não observar a educação cívica enquanto um fator determinista; Em complemento a isto, estudos recentes também exploram a relação a partir da observação de diferenças entre o período de democratização dos países e entre as gerações ((LUPU, 2023; (LINDSKOG; OSKARSON, 2023). É importante considerar esses estudos, uma vez que o sistema educacional ou o grau de escolaridade por si sejam os vetores relevantes, não são determinantes das atitudes políticas pró ou anti democráticas, partindo do pressuposto de que

há uma série de mecanismos cognitivos capazes de orientar as atitudes políticas. Há relações causais interessantes nestas análises, porém, toda esta literatura opta por não observar a implementação de conteúdo ideológico dentro do sistema educacional. Até porque, a educação enquanto uma instituição não é apolítica, e o que molda o comportamento diante de dos sistemas e instituições democráticas (KARP; BANDUCCI, 2008), varia dependendo do contexto político e do funcionamento de suas instituições .

Em razão disto, este estudo explora a relação de duas principais características dos Sistemas Educacionais, sendo elas a Educação Cívica Obrigatória (ou Compulsória), e o Conteúdo explorado nas disciplinas de Educação Cívica em países que a oferecem. O argumento em questão é de que governos fornecem educação às massas por meio de seus sistemas de ensino, primeiro considerando como os sistemas de educação produz cidadãos eficazes que são aptos a apoiar seus respectivos regimes (SANBORN; THYNE, 2013), o que nos leva a hipótese de que a presença e o conteúdo da Educação Cívica obrigatória tem efeitos sobre o apoio a democracia nesses países a ser maior ou menor.

3. Educação Cívica

3.1 Sistemas Educacionais

Os sistemas educacionais abrangem “*um conjunto de instituições, legislações, processos e estruturas que determinam a oferta de ensino em diferentes níveis dentro de um país*” (DEL RÍO; KNUTSEN; LUTSCHER, 2024). No entanto, além de sua função formal de instrução, a educação desempenha um papel essencial de socialização, que cunha na formação ideológica dos indivíduos, moldando suas percepções políticas e sociais desde a infância. (STUBAGER, 2008)

Os conceitos aplicados neste estudo se referem a presença da ideologia no sistema educacional são definidos em diversos estudos como “Educação Cívica” ou “Treinamento Ideológico”. No Brasil, é comum que se utilize a expressão “Educação Política” nesse mesmo sentido, principalmente por meio de ONGs, iniciativas e ativistas pelo engajamento político para se referir ao ensino e aprendizado das normas e aspectos da cultura democrática, bem como o voto, direitos civis e tolerância. Portanto, para evitar ambiguidades terminológicas que serão exploradas adiante (ver 4. A ideologia na educação cívica), vamos nos ater ao conceito de Educação Cívica.

“Educação cívica ou treinamento ideológico se refere ao ensino de tópicos políticos que se relacionam com a função e os valores do sistema político do regime atual e/ou consistem em uma escola oficial de pensamento que tem o status de uma ideologia "oficial" no regime, por exemplo, se for mencionada na constituição. (DEL RÍO; KNUTSEN; LUTSCHER, 2024)”

A Educação cívica é frequentemente vista como um fator produtivo para a democracia uma vez que a exposição ao pensamento crítico aumenta a capacidade de avaliar discursos políticos e identificar desinformação. (LIPSET, 1960). No entanto, a presença de conteúdos ideológicos em sistemas educacionais que possuem Educação Cívica obrigatória pode ser questionada, podendo ser analisada sob diferentes perspectivas, sendo um instrumento tanto para o ensino de normas, valores políticos e princípios democráticos, quanto para os autocráticos.

Há por exemplo, estudos que distinguem os efeitos da educação cívica obrigatória/compulsória e da educação cívica voluntária, voluntária, em especial aquelas realizadas em ambientes digitais (E. FINKEL; NEUNDORF; RASCÓN RAMÍREZ, 2024). Essa modalidade, comumente disseminada por iniciativas não governamentais, tem sido amplamente promovida em especial em democracias recentes com a expectativa de estabelecer e reforçar uma cultura democrática dentre variados públicos, e em com foco diversas áreas como eleições, direitos fundamentais, meio ambiente, questões de gênero, raça, sexualidade e tolerância política. (FINKEL; SMITH, 2011)

3.2. Educação Cívica: Controle ou Emancipação?

A expansão da educação primária obrigatória esteve historicamente vinculada a interesses políticos (AGUSTINA S. PAGLAYAN, 2022). Como discutido anteriormente, historicamente sistemas de educação primária foram implementados não apenas como políticas redistributivas progressivas, mas também como ferramentas políticas. No século 19, a Prússia liderou a implementação de sistemas de educação primária obrigatórios, vistas como meios de moldar o caráter moral das crianças, promovendo respeito pelo Estado e suas leis, e prevenindo comportamentos considerados dissidentes ou violentos, com foco em disciplina, obediência e aceitação do *status quo*, reforçando a socialização e a construção da ideia de “nação”. A justificativa das reformas prussianas ressaltaram como a educação deveria convencer a partir da infância - o que dá ênfase ao processo de socialização pré-adultos e necessidade de um ensino primário-, como meio de convencer racionalmente a população sobre a legitimidade do regime vigente, evitando instabilidades e tentativas revolucionárias. O modelo prussiano influenciou e espalhou por toda Europa, sendo financiados em sua maioria pelos Estados independentes, e conseqüentemente passou a ser replicado em países que foram suas respectivas colônias, promovida tanto por governos liberais e sociais-democratas em regimes democráticos quanto por partidos fascistas em regimes autoritários. Nos Estados Unidos, Argentina e Colômbia, figuras como Horace Mann e Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) tiveram papel fundamental na implementação de sistemas inspirados nesse modelo. No Brasil e no Chile, também houve esforços para estruturar a educação primária seguindo princípios semelhantes, como exemplifica o Quadro 1. (BROMLEY, PATRICIA ET AL., 2023)

A princípio, boa parte dos países da América do Sul e da América Central passavam pelos seus processos de independência tinham como referência os sistemas educacionais europeus. As lideranças políticas colonizadoras optaram pela adoção de programas e políticas

públicas, em sua maioria administradas e financiadas por instituições e lideranças religiosas em processos de canonização de nativos, alfabetização e ensino de línguas estrangeiras. Na América do Norte, por outro lado, houve um processo mais descentralizado, em que distritos e províncias adotaram sistemas públicos de educação de forma independente.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e seus desdobramentos consolidaram a **educação como uma ferramenta de poder e disseminação ideológica** e ajudaram a estruturar modelos econômicos e sociais alinhados ao bloco ocidental. A política econômica expansionista impulsionada pelo Banco Mundial a partir da década de 1940, especialmente durante o mandato de McNamara, com ênfase no investimento em capital humano e social (PEREIRA, 2010). Embora essa abordagem tenha ampliado o acesso à educação, também serviu como meio de difusão de ideologias dominantes nos países periféricos, consolidando determinadas visões de mundo e limitando alternativas ideológicas. A reconfiguração da distribuição de recursos aos países periféricos evidenciam o *trade-off* da benevolência no sistema internacional e a disseminação de valores e ideologias nas políticas sociais. Dessa forma, os sistemas educacionais não são meros produtos do Estado de bem-estar moderno, mas processos históricos que remontam ao século XIX. Divisões políticas e religiosas desse período continuam a influenciar os sistemas educacionais atuais, demonstrando a persistência de padrões institucionais ao longo do tempo (ANSELL & LINDVALL, 2013). O investimento em sistemas de educação primária foi estratégico para consolidar um tipo de *status quo* em países recém independentes, da Ásia, África, América latina, América Central e Caribe, determinando uma ideologia predominante nesses territórios .

Através da Resolução da Federação Colombiana de Educadores em resposta ao Plano Básico, o governo colombiano em seu 11º congresso, a Federação Colombiana de Educadores resolveu, em parte: "A reforma educacional é parte de uma série de reformas governamentais impulsionadas pelo imperialismo norte-americano [projetado] para levar o nível de educação

às demandas econômicas do imperialismo e das classes dominantes, [e é] orientada para ministrar uma educação vocacional e técnica, adaptada a setores específicos da produção. . . A Federação lutará pela nacionalização da educação e contra sua subordinação a interesses estrangeiros." (BROMLEY, PATRICIA ET AL., 2023)

Quadro 1 - Reformas educacionais de educação primária obrigatória nos países selecionados em ordem cronológica.

País	Ano	Reforma	Contexto
Haiti	1804	Independência do Haiti	O princípio da escolaridade gratuita foi escrito na Constituição Haitiana. A educação primária é obrigatória para crianças entre 6 e 14 anos de idade.
Guatemala	1831-1965	Artigo 94 da constituição de 1965	Mariano Galvez iniciou a primeira reforma de longo alcance. Em 1965, o artigo 94 da constituição determina a educação primária obrigatória e gratuita.
Colômbia	1826-1886	Artigo 8º de um decreto de 1826	O ensino era viabilizado por meio de igrejas. O Artigo 8 exigia a exibição de uma faixa com a inscrição: "educação gratuita em [nome da paróquia]".
Estados Unidos	1852	Lei de Educação de Massachusetts (1852)	A Lei de Educação de Massachusetts instituiu a educação primária obrigatória no estado.
Chile	1860	Lei orgânica sobre educação elementar, secundária e normal	A educação elementar foi tornada gratuita e escolas secundárias e normais adicionais foram estabelecidas.
Costa Rica	1869	Lei de educação primária	A Constituição de 1869 estabeleceu que a educação primária deveria ser gratuita e obrigatória, sob a direção dos municípios.
México	1867	Lei de Instrução Pública de 1867	A lei institucionalizou a educação primária e estabeleceu um sistema educacional público.
Jamaica	1867	Período colonial britânico	A educação primária foi organizada no período colonial com enfoque em britânicos e suas políticas educativas.
Canadá	1867-1920 (varia por província)	Lei Constitucional de 1867 (seção 93)	A seção 93 da Constituição de 1867 estabelece direitos relativos à educação, variando por província.
El Salvador	1861	Primeiras escolas públicas	Em 1850 foram abertas as primeiras escolas públicas de ensino fundamental.

País	Ano	Reforma	Contexto
Honduras	1882	Reformas Educacionais do Século XIX	O país passou por reformas educacionais que estabeleciam a educação pública obrigatória.
Uruguai	1877	Lei de Educação Comum de 1877	A Lei de Educação Comum estabeleceu a educação pública no país.
Suriname	1876	Período colonial holandês	Durante o período colonial, as reformas educacionais foram orientadas pelos governantes holandeses.
Paraguai	1870	Reformas Educacionais pós-Guerra do Paraguai	Após a guerra, o país iniciou reformas educacionais para reconstruir o sistema de ensino.
Brasil	1934	Constituição de 1934	A Constituição de 1934 estabeleceu a educação primária obrigatória e gratuita.
Bolívia	1900	Missão educacional belga	O governo boliviano trouxe uma missão educacional belga para estruturar a formação de professores.
Panamá	1904	Após a independência da Colômbia	O sistema educacional foi estruturado após a independência, com foco na educação pública.
Peru	1905	Reformas Educacionais do início do Século XX	O Peru passou por reformas educacionais para consolidar a educação primária pública.
Equador	1897	Expansão da educação primária	O país iniciou a expansão da educação primária e a educação elementar tornou-se gratuita e obrigatória.
Argentina	1884	Lei 1420 (Educação Primária Obrigatória, Gratuita e Laica)	A Lei Nacional 1420 de 1884 estabeleceu a escolaridade gratuita e obrigatória para todas as crianças entre seis e 12 anos.
Nicarágua	1880	Reformas Educacionais do Século XIX	O país fez reformas educacionais importantes, principalmente no ensino primário.
República Dominicana	1845	Implementação da educação primária obrigatória	Estabeleceu a educação pública nos níveis primário e superior, com programas de estudo distribuídos por comunas e cidades provinciais.

Fonte: **World Education Reform Database (WERD)** | Elaboração própria (2025)

4. A ideologia na Educação Cívica

A discussão sobre a ideologização da educação frequentemente se torna um campo de disputa entre espectros políticos. Os termos “ideologia” e “doutrina” são difundidos de forma

deliberada, em sua maioria motivada por percepções pessoais, ou estimuladas por grupos e elites políticas. Essa polarização intensifica a desconfiança em relação às instituições democráticas, levando à **desaprovação da educação cívica** por diferentes grupos ideológicos. Esta seção se dedica a compreender do que se trata a inserção da ideologia na Educação Cívica. A maior parte dos sistemas educacionais possuem algum tipo de inserção de educação cívica em seus currículos (ver Tabela 2), seja a represália de regimes autoritários e ditatoriais, ou seja a replicação das normas democráticas, não há neutralidade nesse sentido (GALSTON, 2001), isto é, existem diversos níveis de como conteúdos ideológicos na educação cívica pode ser usada enquanto ferramenta de controle. Inclusive, é comum associar a democracia e valores liberais como neutros, e sistemas educacionais que apresentem ideias distanciadas ou controversas à democracia fogem das normas internacionais dispostas nos termos das resoluções 26/17, 25/2 e 31/16 do Conselho de Direitos Humanos.

O uso do termo “ideologia” é amplamente debatido e pode ser controverso e confuso tanto para a sua aplicação acadêmica na Ciência Política quanto no uso cotidiano (Sartori 1969). Após a Segunda Guerra Mundial, as ideologias passaram a ser o foco principal dos temas políticos, em especial os termos “comunismo”, “facismo” e “nacionalismo” foram amplamente utilizados e difundidos deliberadamente (KNIGHT, 2006). A abordagem behaviorista da Ciência Política trouxe uma dimensão em escala para o uso da ideologia, facilitando os estudos institucionais com foco nas elites que explicassem o comportamento de atores políticos para além do partidarismo, dessa vez através da identificação com os espectros ideológicos que se deslocam entre esquerda e direita, e o uso de palavras como liberal, progressista, conservador passam a ser empregados. No nível da opinião pública e do comportamento das massas, existia uma expectativa em relação a consistência entre ideologia e comportamento -que atualmente já foi corroborada,, e passou a ser utilizado em estudos eleitorais e pesquisas de satisfação (FEDERICO, 2019). Cito essas variações para

exemplificar como de maneira geral, há um consenso de que o conceito de ideologia é amplo e varia conforme o objeto de estudo, seja ele a elite política, as massas ou as instituições. O que todas essas abordagens têm em comum, é a premissa de que ideologias são “*unificadas pela noção de que a ideologia representa um conjunto coerente de ideias.*” (SARTORI, 1969)

No contexto do EPSM, o conceito de ideologia na Educação Cívica é tratado como um conjunto de instituições formais e informais que possuem impacto histórico e efeitos significativos na transmissão de "pacotes ideológicos". Elementos como religião (ANSELL; LINDVALL, 2013) e etnia, embora não sejam tradicionalmente classificados dentro do conceito de ideologia esquerda-direita, são considerados conteúdos ideológicos devido à sua relação no sistema de crenças e sua influência na consolidação dos sistemas educacionais ao longo da história.

A literatura em Comportamento Político que busca explicar a origem e consolidação da ideologia dos indivíduos sugere duas abordagens principais. A primeira, denominada *top-down*, sugere que a aderência a uma ideologia surge através da exposição de “pacotes ideológicos” socialmente construídos e difundidos pelas elites políticas. A segunda, *bottom-up*, explora os fatores psicológicos subjacentes que influenciam a receptividade do indivíduo sobre as posições ideológicas. Seguindo essa abordagem *top-down*, a relação ideologia-comportamento pode advir de alguma maneira através dos sistemas educacionais. Os sistemas educacionais podem ser ferramentas de transmissão de ideologias proposta pelas elites, assim como as demais instituições sociais (KNUTSEN, 2017). Portanto, a ideologia não apenas estrutura e orienta preferências políticas, mas também permeia instituições que influenciam gerações, moldando a maneira como indivíduos percebem e interagem com a política ao longo da vida. A inserção de conteúdos ideológicos são compreendidos na literatura como Educação Ideológica, e tem sido útil para análises comparativas da sua

influência sobre a democracia e estabelecendo relações causais significativas sobre os resultados da educação ideológica.

“"Educação ideológica" pode ser definida como o processo sistemático de ensinar um conjunto específico de crenças, valores e princípios que se alinham a uma determinada ideologia, dentro de um ambiente formal de educação. Isso abrange tanto os aspectos procedimentais — a atuação do professor — quanto o conteúdo substantivo, envolvendo diversas ideologias no currículo.” (LINDSKOG; CARELLI, 2024).

A polarização política intensifica discursos maniqueístas, frequentemente projetados na educação, gerando desconfiança em relação às instituições e consequentemente diminuindo o apoio em relação ao regime democrático. Existe um grande apelo pela narrativa maniqueísta da ideologia e do espectro esquerda-direita — o que adianta que não é a proposta desse estudo, mas que se torna objeto a observado em busca de ser melhor compreendido —, seja o apelo midiático, seja através dos discursos e das atitudes das lideranças políticas. A partir da visão entre os espectros esquerda-direita, nenhum dos lados está completamente certo ou completamente errado. Os sistemas educacionais de fato não são neutros, há evidências de que uma ou mais ideologias fazem parte da construção dos sistemas educacionais tanto de ideologias vinculadas a alas mais progressistas e liberais, quanto de movimentos autocráticos e conservadores. Isso não significa que, por exemplo, se a constituição brasileira institui que os valores democráticos de diversidade, inclusão e pluralidade relacionada a gênero e orientação sexual, educação sexual e combate a homofobia na educação pública, que materiais como “kits gays” serão distribuídos deliberadamente. Essas informações distorcidas são utilizadas por ambos os espectros e são atrativas a partir dos respectivos vieses de confirmação, tornando conveniente a defesa dos seus respectivos interesses e que justifiquem suas atitudes de apoio ou desaprovação do regime em que estão inseridos.

4.1 Desmistificando a Ideologia, Doutrina e doutrinação

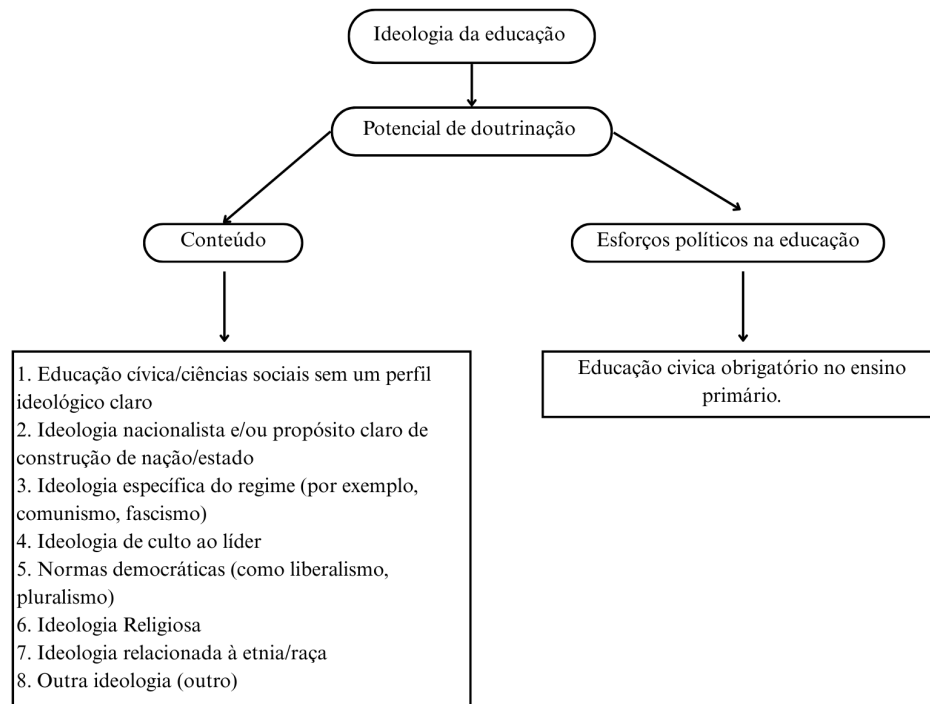
Embora ideologia e doutrina sejam interligadas — pois a existência de uma pressupõe a da outra —, elas possuem funções distintas. Enquanto "ideologia" se refere a um sistema amplo de ideias que orienta a ação de indivíduos ou grupos, "doutrina" e "doutrinação" são conceitos frequentemente utilizados para descrever a manifestação ideológica das massas. Na Ciência Política, doutrina refere-se a um conjunto de princípios ou ensinamentos que são sistematicamente aplicados dentro de um determinado contexto político ou ideológico. Doutrinas funcionam como guias para a prática política, aplicando ideologias de maneira mais concreta e sistemática. Enquanto a ideologia possui um aspecto cognitivo-comportamental, a doutrina possui um aspecto institucional e metódico. Apesar de serem conceitos intrinsecamente interligados já que para a existência da doutrina, precede uma ideologia e vice-versa, possuem funções distintas. O conjunto de dados Variedades de Doutrinação (V-indoc) (NEUNDORF et al., 2024) apresenta índices e indicadores sobre a politização da educação e da mídia ao redor do mundo. Esse banco de dados classifica a doutrinação em uma escala unidimensional que varia de conteúdos democráticos (participativos, críticos e pluralistas) a autocráticos (leais, obedientes, acríticos e com visão única). A sua utilização aqui serve para interpretar o conceito e a mensuração de conteúdos ideológicos na educação cívica utilizado pelo EPSM, já que eles se retroalimentam de fontes e dados¹. A partir do V-Indoc, a mensuração da ideologia na educação é feita a partir do Índice de potencial de doutrinação, que se subdivide em dois componentes: um voltado para o conteúdo doutrinário/ideológico e outro para os “esforços” políticos na educação (*Political Education Efforts*), que diz respeito a aplicações de políticas públicas. No estudo, considera-se 2 dos

¹ Ambos bancos de dados fazem parte do repositório de pesquisas do V-dem, todos usam dados provenientes do V-dem, apenas o organizam de forma diferente. Enquanto o EPSM traz informações factuais (de jure) codificadas com base em registros arquivísticos primários ou secundários, o V-indoc captura dados mais sensíveis relacionados a práticas educacionais, como currículos escolares, professores e patriotismo.

índices: o primeiro avalia a presença de conteúdos ideológicos no ensino, enquanto o segundo mensura a obrigatoriedade da Educação Cívica no ensino primário, como exemplifica a figura 1. Das categorias a ideologia está classificado em 9, que são Nacionalismo, socialismo, ideologia restaurativa/conservadora, culto ao líder, ideologia religiosa, ideologia relacionada à raça/etnia, clã ou tribo, ideologia democrática e ensino de normas democráticas (liberalismo e pluralismo) e 9 ênfase nas instituições democráticas. O EPSM basicamente organiza essas 9 variáveis trabalhadas no V-Indoc e reorganiza elas em uma escala sem ordem, que vai de 1 a 8, sendo elas:

1. Educação cívica/ciências sociais sem um perfil ideológico claro
2. Ideologia nacionalista e/ou propósito claro de construção de nação/estado
3. Ideologia específica do regime (por exemplo, comunismo, fascismo)
4. Ideologia de culto ao líder
5. Normas democráticas (como liberalismo, pluralismo)
6. Ideologia Religiosa
7. Ideologia relacionada à etnia/raça
8. Outra ideologia (outro)

Por fim, a literatura explora a relação significativa entre educação cívica e o apoio à democracia, esclarecendo potenciais questionamentos e uso errôneo dos conceitos aqui discutidos, bem como ideologia e doutrina. Compreender essas distinções é essencial para analisar o impacto da educação cívica sobre o apoio ao regime democrático.

Figura 1 - Mapeando conceitos: Ideologia na educação**Figura 1****Mapeando conceitos: Ideologia na educação**

Adaptado pela autora. Fonte: Varieties of Indoctrination: The Politicization of Education and the Media around the World. Neundorf et al, 2025

5. A importância do Apoio à Democracia.

Um consenso estabelecido no Comportamento Político é a forte relação entre educação cívica e os valores liberais, inclusive o modelo de democracia liberal (CAVAILLE; MARSHALL, 2019). O apoio à democracia é essencial para a legitimidade dos regimes democráticos e se sustenta muito mais nos aspectos morais ligados a ideologia do que os aspectos políticos e econômicos dos governos, isso significa que os cidadãos tendem a apoiar mais a democracia por acreditarem que ela é capaz de oferecer governos que consideram justos e moralmente alinhados, ainda que tais governos não ofereçam políticas públicas significativas como infraestrutura, mobilidade urbana, desemprego, desenvolvimento econômico, entre outros. (Almond e Verba 1963; CLAASSEN; MAGALHÃES, 2020).

A base dos estudos do Comportamento Político está amplamente vinculada ao estudo das avaliações, percepções e atitudes que influenciam em comportamentos e escolhas, os quais, por sua vez, moldam os resultados políticos e sociais. As atitudes políticas, abordadas ao longo deste trabalho, dizem respeito a forma como o sistema de crenças opera— em especial as crenças mais calcificadas— à maneira como se organizam e se manifestam em relação a determinado objeto político. A avaliação de um objeto político não se forma de maneira isolada ou aleatória; ela é moldada por fatores como relações familiares, socialização e exposição à informação. Grande parte da população forma suas opiniões a partir das informações que recebe de fontes institucionais e dos meios de comunicação (KNUTSEN, 2017). Em resumo, o apoio à democracia importa porque é um elemento fundamental para a legitimidade do Estado e a estabilidade democrática (WLEZIEN; SOROKA, 2009). Considerando que a maioria das pessoas não estrutura suas crenças políticas de maneira rigorosa (CONVERSE, 2006), a disposição das informações pelas fornecidas elites políticas e econômicas podem ser feitas de maneira que as favoreçam, sendo disseminadas pelas instituições de massa , incluindo sistemas educacionais. Isso pode alterar a percepção da realidade, moldando crenças, opinião e consequentemente as atitudes (DALTON; KLINGEMANN, 2009). Na variável dependente provida do LAPOP, a forma como as atitudes de apoio à democracia é avaliada a partir da seguinte pergunta: *“A democracia tem seus problemas, mas é melhor que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase.”*. Essa formulação está atrelada ao aspecto cognitivo das atitudes, isto é, o modo como o indivíduo processa e ordena a informação disponível. Dessa forma, atua como termômetro do sistema de crenças e preferências de grupos nos países selecionados para a análise, capazes de influenciar as políticas públicas (WLEZIEN; SOROKA, 2009) relacionadas à educação cívica.

As experiências recentes apresentadas no início deste trabalho indicam que o apoio à democracia vem mudando, o que gera uma onda de comportamentos e atitudes que podem ser nocivos à estabilidade do regime. Discute-se nesse contexto o fenômeno reconhecido como a “morte da democracia”, na qual regimes autocráticos surgem a partir de líderes políticos autoritários que vencem as eleições por meio das instituições democráticas, e após chegarem ao poder, gradualmente minam estas instituições democráticas. Isso ocorre através do aumento do poder do executivo em razão dos demais poderes, estabelecendo assim esse aspecto de morte da democracia “de dentro para fora”, e não mais através de golpes (LEVITSKY; ZIBLATT, DANIEL, 2018). Assim, passa existir uma preocupação maior com o possível declínio da do regime democrático, somado ao fenômeno da polarização política e líderes eleitos com fortes tendências autoritárias. Atualmente, é possível observar países que usam a educação obrigatória como um veículo para disseminação de valores autocráticos ou ideologias próprias do regime, o que pode enfraquecer a formação de crenças pró-democráticas num contexto onde a educação atua como um dos vetores da socialização pré-adulta e na formação das atitudes políticas, e até mesmo encorajar a mobilização antidemocrática. Uma vez que a percepção de temas em torno da educação — especialmente que são caros aos indivíduos— afeta o apoio à democracia, conforme discutido na literatura, surge a intenção de observar mais de perto as atitudes e percepções em relação à democracia em países que apresentam sinais de possível declínio democrático num futuro próximo. A base de dados do V-dem *Democratic Space Barometer* ou simplesmente “DemSpace” (“DemSpace”, 2016), estimar essa probabilidade de um país vivenciar pelo menos um evento de mudança em direção a uma governança mais democrática ou pelo menos um evento de mudança em direção a uma governança mais autocrática, dentro de uma janela de dois anos (2022-2023), possui 6 variáveis de governança democrática: Associacional, Econômico, Eleitoral, Governamental, Individual e Informacional.

6. Expectativas

Se baseando em análises feitas a partir da base de dados EPSM e surveys nacionais como propõe LINDSKOG; CARELLI, 2024, este estudo propõe uma análise comparativa alinhada ao modelo de educação relativa à socialização pré-adulta, no qual o sistema educacional é considerado apenas um dos diversos elementos que influenciam o comportamento político dos indivíduos. Parte-se da expectativa de que os sistemas educacionais impactem o sistema político, especialmente por meio da presença ou ausência de educação cívica obrigatória. Espera-se que países que adotam a educação cívica obrigatória apresentem resultados distintos tanto em relação aos que não a adotam quanto entre si, a depender dos conteúdos ideológicos transmitidos nas escolas. Assim, o objetivo é compreender a relação dos sistemas de educação que possuem educação cívica obrigatória e o apoio a democracia em países das Américas — do Norte, Sul e Central — que enfrentam ou podem vir a enfrentar o fenômeno de morte da democracia (LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel, 2018.) nos próximos anos (“DemSpace”, 2016).

6.1 Educação Cívica Obrigatória e Apoio a Democracia (H1)

A primeira hipótese é de que Sistemas educacionais que **incluam educação cívica obrigatória** possuem um efeito significativo nos níveis individuais de apoio à democracia.

6.2 Conteúdo da Educação Cívica e Apoio à Democracia (H2)

A segunda hipótese, é que Sistemas educacionais que possuem Educação Cívica obrigatória onde há presença de conteúdos ideológicos anti-democráticos, reduzirá o apoio à democracia, replicando padrões observados em autocracias (AGUSTINA S. PAGLAYAN, 2022).

$$\beta < 0 \text{ (negativa)}$$

Já aqueles que a há ênfase em participação política, pluralismo e direitos humanos estarão associados a **níveis mais altos de apoio individual à democracia**.

$$\beta > 0 \text{ (positiva)}$$

Caso essas associações não apresentem efeitos significativos, considera-se a hipótese nula (H0).

7. Metodologia e Dados

7.1 Desenho de pesquisa

Será utilizado o desenho de pesquisa exploratório, utilizando um método comparado misto em larga escala (BUSEMEYER; TRAMPUSCH, 2011), considerando diversos países e contextos políticos, usando modelos de regressão logística ordenada, em dois modelos diferentes. A opção de metodologia mais adequada para o estudo foi utilizar o modelo de regressão logística ordinal, uma vez que a variável dependente **apoio_democracia** é ordinal, indo de 1 (discorda muito) a 7 (Concorda muito). Após a realizar a regressão, foram feitos testes de heterocedasticidade e multicolinearidade que podem afetar a confiabilidade dos coeficientes do modelo. O modelo Ordered Logit é uma variação do modelo de regressão logística onde a variável dependente é ordinal, isto é, apresenta categorias que possuem uma ordem correta, mas a distância entre elas não são necessariamente iguais ou mensuráveis de forma contínua. A ideia é que para cada observação, o modelo estima a probabilidade de uma categoria específica da variável dependente se relacionar com uma categoria específica da variável independente. Assim, o modelo fornece coeficientes que indicam com clareza a direção e a magnitude da relação entre as variáveis independentes e dependentes, facilitando a interpretação, além do controle por múltiplas variáveis e as interações entre si.

Modelo 1

O primeiro modelo busca analisar países que possuem uma educação cívica obrigatória no ensino primário, independente do conteúdo ideológico presente, e como isso se relaciona com os níveis de apoio à democracia no país. Neste modelo, a variável independente (`national_civics_prim`) possui um **efeito contextual**, ou seja, varia entre unidades de análise, mas não dentro de uma unidade, enquanto a dependente varia dentro de cada unidade (resposta por indivíduo, no caso). Para análise, foi utilizado a regressão logística ordinal.

Modelo 2

Nesse modelo, também utilizado o modelo de regressão logística ordinal, o objetivo do estudo é avaliar como diferentes variáveis independentes sobre o conteúdo da educação cívica obrigatória impactam o apoio à democracia. Para a análise de quais conteúdos estão presentes em cada país, foram operacionalizadas de forma binária, e selecionadas com relevância para o estudo as variáveis nacionalismo, `ideologia_regime`, democracia, religiao, etnia, `outra_ideologia` (ver Tabela 5- Operacionalização e descrição das variáveis). A forma como os dados foram ajustados ao modelo são detalhadas nas seções a seguir.

7.2 Modelagem de dados

Durante o processo, foram feitos ajustes para modelar os dados de maneira adequada. A variável dependente `apoio_democracia`, com aproximadamente 37.790 respostas do banco de dados do LAPOP, foram filtradas as respostas mais recentes do questionário, datado em 2023, e mantidas de maneira ordenada para facilitar a compreensão dos resultados. Para o segundo modelo, as variáveis independentes foram transformadas em variáveis dummy e executadas como modelos individuais para garantir que não houvesse sobreposição de informações, onde 1- possui e 0- não possui. Das 8 categorias, foram selecionadas 6 que possuem maior relevância para o estudo. As variáveis codificadas como `educ_civica_neutra` e `culto_lider` não fazem parte do nosso estudo, uma vez que a ausência de conteúdo ideológico na educação pressupõe que não há educação cívica obrigatória, e a variável `culto_lider` possui

uma alta multicolinearidade com a variável *ideologia_regime*. Como o modelo *Ordered* pressupõe a proporcionalidade dos efeitos, onde há constância sobre o impacto das variáveis independentes sobre a variável dependente, os resultados são apresentados a partir de valores em chances que foram tratadas para serem analisadas como porcentagem para facilitar a compreensão. Também foram feitos testes para verificar os pressupostos exigidos pelo modelo. Os dados também foram balanceados para evitar outliers que atrapalhasse a análise e os resultados.

7.3 Seleção de países

Durante o processo de seleção e limpeza dos dados, alguns países foram retirados da análise. Inicialmente, o ideal seria analisar todos os países que fazem parte da América do sul, América Central, e América do Norte. O tamanho da amostra possui algumas dificuldades iniciais. Em primeiro lugar, o recorte de Democracia Liberal é uma regra a se considerar quais países fariam parte do estudo, uma vez que países considerados não-democráticos muito provavelmente trariam valores que iriam interferir na análise dos resultados enquanto outliers.

Segundo a OEA, Venezuela e Cuba não se enquadram como democracias liberais. Em segundo lugar, a disponibilidade dos dados também foi um fator que influenciou a seleção de países. O banco de dados do EPSM deixam de fora países Caribenhos e da América central, como: Suriname, Belize, Bahamas, Granada, Santa Lúcia, Dominica, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis. Desse modo, a análise foi feita considerando 21 países: **Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Guatemala, Honduras, Haiti, Jamaica, México, Nicaragua, Panamá, Peru, Paraguai, El Salvador, Uruguai e Estados Unidos**. O Canadá (CAN) faz parte da análise, mas não possui educação cívica obrigatória. Assim, ficam de fora países como Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Dominica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, Trinidad e Tobago, São Vicente e Granadinas por não estarem cobertos em ambas bases de

dados, ou apresentam dados que os dados disponíveis não estão no escopo temporal da análise.

7.4 Variável Dependente

Enquanto variável dependente, temos o “apoio à democracia”, trabalhados com as mensurações dadas pela base de dados LAPOP, estimado em 37.790 respostas individuais dentre os 21 países selecionados em 2023.

Pergunta: *A democracia tem seus problemas, mas é melhor que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase.*

Tabela 1 - Distribuição da variável apoio_democracia

apoio_democracia	n	%	Cum
1 Discorda totalmente	2519	7.68	7.68
2	1686	5.14	12.8
3	3151	9.61	22.4
4	5866	17.9	40.3
5	6799	20.7	61.1
6	4988	15.2	76.3
7 Concorda Totalmente	7781	23.2	100
TOTAL		100	

Fontes: Elaboração própria (2025), com base nos dados do LAPOP.

7.5 Variáveis Independentes

Para as variáveis sistemáticas, foram selecionadas 2 variáveis do EPSM, sendo elas:

1. Educação cívica obrigatória durante o primário

A variável diz respeito à existência de leis nacionais em vigor durante o período analisado que exijam o ensino de alguma disciplina de educação cívica ou alguma forma de treinamento ideológico durante o ensino primário, com exceção das disciplinas de história. Também considera se há diferenciações por acesso a essas disciplinas/treinamentos em grupos de crianças selecionadas por fatores demográficos como por exemplo renda, gênero ou etnia. Um aspecto relevante sobre essa categoria, é a informação de que ainda que não esteja sancionado por lei ou não se manifeste constitucionalmente, fontes secundárias que amplamente disseminam a existência dessas disciplinas, presume-se que no mínimo são toleradas pela lei.²

Pergunta: *Há alguma lei nacional em vigor que exija um curso de educação cívica ou alguma forma de treinamento ideológico na escola primária?*

A variável é dicotômica, e pode ser medida através das categorias

1. Não há leis
2. Sim, há leis razoavelmente claras ou evidências dela.

Tabela 2 - Distribuição da variável `national_civics_prim`

national_civics_prim	n	%
1 (Não há leis)	1	4,8
2 (Há leis razoavelmente claras ou evidências dela)	20	95,2
TOTAL	21	100

Fontes: Elaboração própria (2025), com base nos dados do EPSM.

2. Conteúdo Ideológico, medido pela pergunta:

² (BBC, 2018)

Considerando apenas a educação obrigatória, essa variável avalia numa escala de 1 a 8 o tipo do conteúdo ideológico ou educação cívica que é ministrado. Se a categoria 1 for usada, as outras categorias não devem ser codificadas. Para uma análise isolada de cada categoria, foram transformadas em variáveis dummy, onde 0 = não possui, e 1 = possui.

Pergunta: *"Se houver leis nacionais em vigor, os estudantes devem seguir a educação cívica ou algum tipo de treinamento ideológico na escola. Como você caracterizaria esse treinamento?"*

A variável é mensurada por seleção múltipla, seguindo as categorias abaixo. A tabela 3 também indica a frequência dos conteúdos:

Tabela 3 - Distribuição do conteúdo ideológico na educação cívica obrigatória por país.

conteudo_educacao_cívica	Frequência por País	%
1 Educação cívica/ciências sociais sem um perfil ideológico claro	1	2,9
2 Ideologia nacionalista e/ou propósito claro de construção de nação/estado	4	11,8
3 Ideologia específica do regime (por exemplo, comunismo, fascismo)	0	0
4 . Ideologia de culto ao líder	0	0
5. Normas democráticas (como liberalismo, pluralismo)	19	55,9
6. Ideologia Religiosa	2	5,9
7. Ideologia relacionada à etnia/raça	6	17,6
8. Outra ideologia (outro)	2	5,9
TOTAL	34	100

Fontes: Elaboração própria (2025), com base nos dados do EPSM

Tabela 4 - Distribuição binária das variáveis de conteúdo ideológico

país	educ	cívica	neutra	nacionalismo	ideologia	regime	culto	líder	democracia	religiao	etnia	outra	ideologia
Argentina	0			1		0		0	1	0	0		0
Bolívia	0			1		0		0	1	0	1		0
Brasil	0			0		0		0	1	0	0		1
Canadá	1			0		0		0	1	0	1		0
Chile	0			0		0		0	0	0	0		0
Colômbia	0			0		0		0	1	0	0		0
Costa Rica	0			0		0		0	1	1	0		0
R.Domini	0			0		0		0	1	0	0		0
c	0			0		0		0	1	0	0		0
Equador	0			0		0		0	1	0	0		0
Guatemal	0			0		0		0	1	0	1		0
a	0			0		0		0	1	0	1		0
Honduras	0			0		0		0	1	0	1		0
Haiti	0			1		0		0	0	0	0		0
Jamaica	0			0		0		0	1	0	0		0
México	0			1		0		0	1	0	1		0
Nicarágua	0			0		0		0	1	0	1		0
Panamá	0			0		0		0	1	1	0		0
Peru	0			0		0		0	1	0	0		0
Paraguai	0			0		0		0	1	0	0		0
El													
Salvador	0			0		0		0	1	0	0		1
Uruguai	0			0		0		0	1	0	0		0
Estados													
Unidos	0			0		0		0	1	0	0		0

Fontes: Elaboração própria (2025), com base nos dados do EPSM

Para a operacionalização das variáveis, foram feitas algumas adaptações para se encaixar nos pressupostos exigidos pelo modelo, transformando o apoio à democracia (apoio_democracia) em uma variável ordenada de 1 a 7. A existência ou não da educação cívica obrigatória no ensino primário (national_civics_prim) se manteve como é, uma variável binária que indica a existência ou ausência de indícios legais da educação cívica obrigatória no país. A variável Conteúdo ideológico, para facilitar as interpretações de qual conteúdo em específico estaria causando as chances de variação da variável dependente, foram categorizadas como variáveis dummies (ver Tabela 5).

7.5. Variáveis de controle

Para o primeiro estudo, vamos nos ater as variáveis individuais serão utilizadas unidades de análise como PIB.

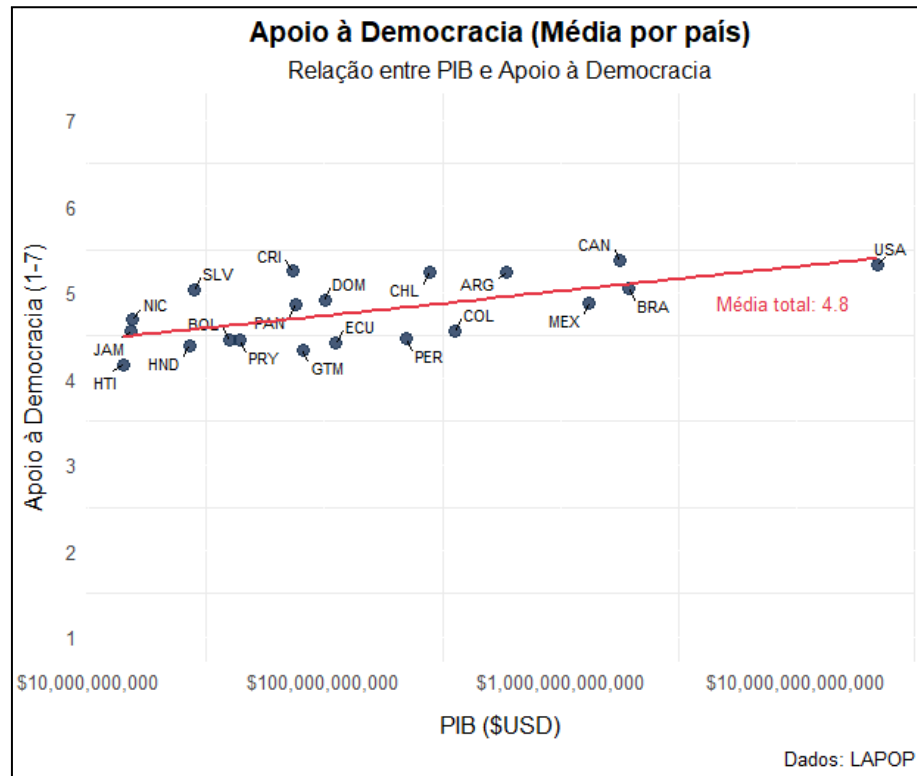
Tabela 5 - Operacionalização e descrição das variáveis.

Variável	Fonte	Descrição	Mensuração
apoio_democracia	LAPOP	Apoia que a Democracia é o melhor regime.	Escala ordenada de 1-7:
national_civics_prim	EPSM	Existência de aulas de educação cívica ou formação ideológica referem-se ao ensino de temas políticos que do sistema político do regime atual e/ou "oficial".	Binária (1/2)
Conteúdo ideológico*	EPSM	Existência de leis nacionais determinando que os alunos devem receber educação cívica ou algum tipo de formação ideológica na escola.	Escala de 1-8.
educ_civica_neutra	EPSM	Educação cívica/ciências sociais sem um perfil ideológico claro.	Binária (0/1)
nacionalismo	EPSM	Ideologia nacionalista e/ou propósito claro de construção de nação/estado.	Binária (0/1)
ideologia_regime	EPSM	Ideologia específica do regime (por exemplo, comunismo, fascismo).	Binária (0/1)
culto_lider	EPSM	Ideologia de culto ao líder.	Binária (0/1)
democracia	EPSM	Normas democráticas (como liberalismo, pluralismo).	Binária (0/1)
religiao	EPSM	Ideologia Religiosa.	Binária (0/1)
etnia	EPSM	Ideologia relacionada à etnia/raça.	Binária (0/1)
outra_ideologia	EPSM	Outra ideologia (outro).	Binária (0/1)
PIBlog	World Bank Open Data	Produto Interno Bruto (PIB)	Numérica

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em (AMERICASBAROMETER, 2021; DEL RÍO; KNUTSEN; LUTSCHER, 2024; World Bank, 2024.)

8. Resultados

A priori, boa parte dos resultados para apoio_democracia se condensam entre 4 e 5 na escala, mantendo uma média de 4.8. Podemos visualizar essa distribuição em cada país em relação aos seus respectivos valores de PIB usando o ano de 2023 como referência. (Figura 2).

Figura 2 - Apoio à Democracia (Média por país)

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em (AMERICASBAROMETER, 2021; World Bank, 2024)

8.1 Modelo 1

O primeiro modelo procura entender a relação entre a presença da educação cívica obrigatória e o apoio à democracia. A maioria dos países apresentam educação cívica obrigatória em seus currículos, exceto Canadá (CAN). Os resultados indicam que nos países onde a educação cívica é obrigatória, as chances de um indivíduo apresentar maior apoio à democracia são aproximadamente **25,4% menores** do que nos países onde essa disciplina não é obrigatória. Para essa conclusão, aplica-se a exponenciação para obter a razão de chances, onde: $OR = e^{-0.29277} = 0.746$

Isso significa que quando a educação cívica é obrigatória, é 0,746 vezes a de um indivíduo onde essa disciplina não é obrigatória. em termos matemáticos, podemos expressar essa mudança em termos percentuais:

$$Y = (1 - OR) \times 100$$

$$Y = (1 - 0.746) \times 100$$

$Y = 25,38\%$

Tabela 6 - Efeitos marginais do modelo logit - existência da Educação Cívica primária obrigatória

	Coef.	Std. Err.	t value	log(OR)	P value	95% Conf. I	
national_civics_prim2	-0.29277	0.038695	-7.566	0.7461903	3.942e-14 ***	00.6916578	0.8049447
PIBlog	0.09534	0.005547	17.187	1.1000307	< 2.2e-16 ***	1.0881408	1.1120598
1 2	-0.3204	0.1603	-1.9982				
2 3	0.2538	0.1600	1.5860				
3 4	0.9359	0.1599	5.8517				
4 5	1.7928	0.1600	11.2015				
5 6	2.6440	0.1603	16.4892				
6 7	3.3679	0.1607	20.9598				

Signif. codes: 0 ‘***’ 0.001 ‘**’ 0.01 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1 Residual Deviance: 119925.00 AIC: 119941.00
Fontes: Elaboração própria (2025), com base nos dados do LAPOP, EPSM e World Bank.

O coeficiente estimado para national_civics_prim2 foi negativo (-0.29277), o que sugere que a educação cívica obrigatória nestes países (exceto CAN) está associada a uma redução na probabilidade de apoiar a democracia. Esse efeito é corroborado pelo Odds Ratio OR menor que 1 (0.7461903). Os limites (cut points) indicam os pontos onde a probabilidade de estar em diferentes categorias de apoio à democracia varia ao longo da escala (de 1 a 7), o que ajudam a interpretar como as variáveis preditoras influenciam a transição entre diferentes níveis de apoio, fornecendo uma noção mais detalhada da distribuição dos escores previstos ao longo das categorias. Os valores negativos nos limites entre 1 e 2 sugerem uma maior concentração das respostas em categorias inferiores de apoio à democracia, já os coeficientes para os grupos de 2 a 3 até de 6 a 7 mostram um padrão positivo crescente, indicando que conforme o apoio à democracia aumenta, a probabilidade de. Com um p-valor menor do que 0.05 (3.942e-14***) e indica que a relação observada não é dada ao acaso, fornecendo

evidências estatísticas de uma associação entre a variável dependente e a variável independente e descartando a hipótese nula de que a obrigatoriedade da educação cívica no ensino primário não tem efeito sobre o apoio à democracia. No entanto, é importante ressaltar que o P-valor não estabelece causalidade, apenas aponta a existência de uma correlação estatística. Para afirmar a causalidade, seria necessário um desenho de pesquisa mais robusto. A inclusão do PIBlog como variável de controle mostra que a economia e o desenvolvimento mantém o seu efeito positivo e significativo em relação ao suporte a democracia, tendo um coeficiente estimado para a variável é de **0.09534**, com um **p-valor < 2.2e-16**, sendo ainda menor do que o p-valor de `national_civics_prim2`, o que indica que o efeito do PIB sobre o apoio à democracia é ainda mais estatisticamente significativo do que o efeito da obrigatoriedade da educação cívica. Com o OR sendo de 1.10, sugere que para cada unidade adicional do PIBlog, há um aumento na chance do indivíduo expressar maior apoio à democracia. Porém, a variação dos interceptos varia muito mais em `national_civics_prim2` do que em relação ao PIBlog, o que o modelo sugere que indivíduos que expressam maiores níveis de concordância com a democracia são sistematicamente diferentes dos que mostram maior apoio.

Esses primeiros resultados reforçam a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre o conteúdo e a abordagem da educação cívica nos diferentes contextos, uma vez que sua presença obrigatória pode não resultar automaticamente no fortalecimento de valores democráticos. Embora intuitivamente esperasse-se um efeito positivo dessa educação no fortalecimento da cultura democrática, os resultados sugerem um impacto negativo, que pode estar relacionado à forma como esse ensino é estruturado ou ao viés ideológico presente nos currículos. O papel do desenvolvimento econômico, por sua vez, alinha-se com a literatura consolidada, indicando que o crescimento do PIB está positivamente associado ao apoio à democracia.

8.2 Modelo 2

A partir da análise do primeiro modelo, a segunda etapa do estudo se debruça e analisa a relação entre apoio à democracia e os conteúdos ideológicos que são disseminados em disciplinas de educação cívica obrigatória. Dando continuidade a análise, este segundo modelo investiga como diferentes conteúdos ideológicos presentes na educação cívica influenciam a relação. A análise considera variáveis que refletem a presença de narrativas e valores ideológicos, incluindo elementos nacionalistas, religiosos, étnicos e de regimes autoritários ou democráticos.³

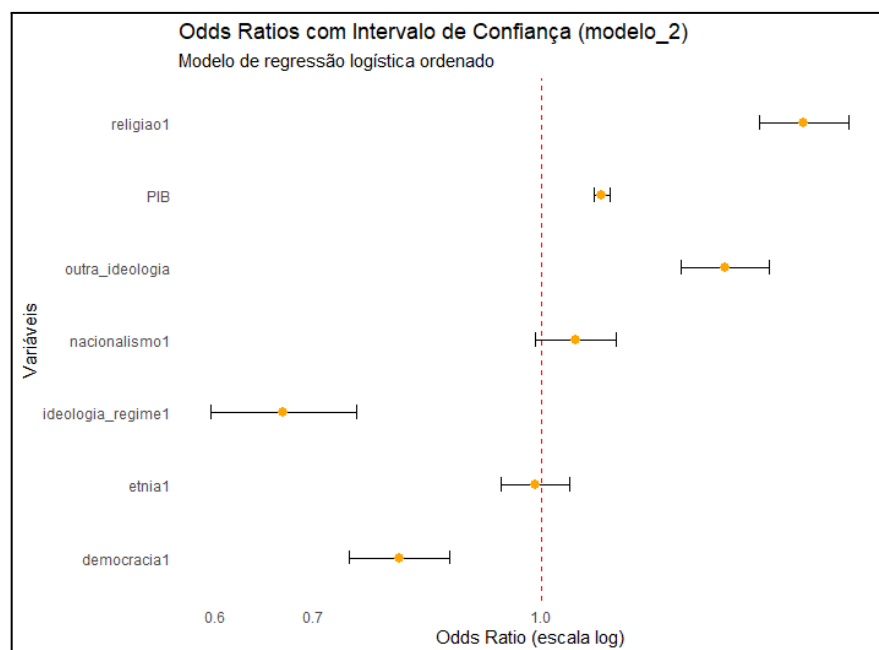
Dentre as variáveis associadas a um maior apoio à democracia, estão *religioa1*, e *outras_ideologias1*. a variável *religioa1* com coeficiente positivo (0.41) e OR (1.5081136) indicam que a inclusão de conteúdo ideológico religioso está associada a um ligeiro aumento na probabilidade de apoio à democracia, as chances de estar numa categoria mais alta (mais apoio à democracia) aumentam **50.8%** para cada unidade adicional nessa variável. Em seguida, a variável *outras_ideologias* apresenta um coeficiente positivo de 0.28 e um OR de 1.33, o que sinaliza que indivíduos que se enquadram na categoria *outra_ideologia1* têm **33.3%** mais chances de apoiar um nível maior de democracia, ou seja indicando que a exposição a ideologias diversas, que não necessariamente as do regime está fortemente associada um maior apoio à democracia. As variáveis *etnia1* e *nacionalismo1* não possuem significância estatística uma vez que possuem o $P > 0,05$.

Dentre aquelas associadas a um **menor apoio** à democracia, estão *ideologia_regime1*, e *democracia1*. Dentre os resultados mais significativos, está a variável *democracia1*. Contrariando as expectativas, o coeficiente negativo alto de -0.22 e OR de 0.19 indicam que a presença de conteúdo explícito sobre democracia pode estar associada a uma redução do apoio à democracia, indivíduos que pertencem à categoria *democracia1* têm **20.03% menos chances**

³ A variável *culto_lider* foi omitida por apresentar uma forte colinearidade com outras variáveis.

de apoiar um nível maior de democracia, esse resultado merece uma análise mais aprofundada para compreender se há um efeito de exposição negativa ou um viés. Uma possibilidade para esse resultado, é considerar que pessoas que possuem contato com conteúdos sobre a democracia passem a se portar e avaliar de forma mais crítica o regime. Já a variável `ideologia_regime1`, apresenta valores de coeficiente negativo de -0.40 e OR de 0.66, Isso significa que indivíduos que se enquadram na categoria `ideologia_regime1` têm **33.3% menos chances** de apoiar um nível maior de democracia.

Figura 3- Odds Ratios com intervalo de Confiança



Fonte: Elaboração própria (2025), com base em (AMERICASBAROMETER, 2021; World Bank, 2024)

Dentre os limiares 1 e 6, assim como no modelo 1 estão associados a valores negativos, sugerindo uma maior concentração de respostas em categorias inferiores de apoio à democracia. Além disso, o aumento progressivo dos limiares sugere que a escala de apoio à democracia é coerente e bem ordenada, ou seja, cada nível seguinte exige um aumento na probabilidade de apoio à democracia. O p-valor das quatro variáveis apresentadas possuem valores significativos, sugerindo que a associação possui uma correlação forte, mas que não

estabelece causalidade, como dito anteriormente. O erro padrão (Std. Err.) das estimativas é relativamente baixo, indicando boa precisão nos coeficientes estimados. Além disso, os intervalos de confiança de 95% (95% Conf. I) são relativamente estreitos, o que sugere que as estimativas não possuem grande variação e reforçam a confiabilidade dos resultados.

Tabela 7 - Efeitos marginais do modelo logit - Presença de conteúdo ideológico na Educação Cívica primária obrigatória

	Coef.	Std. Err.	t value	log(OR)	P value	95% Conf. I	
religião1	0.41086	0.036018	11.4072	1.5081136	< 2.2e-16 ***	1.4053524	11.6184850
nacionalismo1	0.05397	0.032358	1.6680	1.0554567	0.09533	0.9905961	1.1245649
ideologia_regime1	-0.40495	0.058123	-6.9671	0.6670126	3.301e-12 ***	0.5953094	0.7473699
etnia1	-0.01013	0.027454	-0.3689	0.9899235	0.71221	0.9380968	1.0446511
democracia1	-0.22343	0.039800	-5.6139	0.7997669	1.995e-08 ***	0.7397433	0.8646458
outra_ideologia1	0.28762	0.035404	8.1238	1.3332495	4.687e-16 ***	1.2439804	1.4289864
PIBlog	0.09414	0.006066	15.5192	1.0987142	< 2.2e-16 ***	1.0857339	1.1118595
1 2	-0.1741	0.1544	-1.1278				
2 3	0.3943	0.1541	2.5585				
3 4	1.0746	0.1541	6.9752				
4 5	1.9213	0.1542	12.4580				
5 6	2.7736	0.1546	17.9460				
6 7	13.4770	0.1549	22.4500				

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1 Residual Deviance: 111266.58 AIC: 111292.58

Fontes: Elaboração própria (2025), com base nos dados do LAPOP, EPSM e World Bank.

9. Conclusão

O estudo demonstrou que não apenas o nível educacional importa para a estabilidade democrática, mas também a forma como a educação cívica é - ou não- abordada por meio de conteúdos com teor político-ideológico. O apoio à democracia e suas normas podem ser

ensinados e incentivados através da educação cívica, bem como qualquer outro tipo de conjunto de valores e princípios políticos. Dentre os principais achados, vimos nos países onde a educação cívica é obrigatória, as chances de um indivíduo apresentar maior apoio à democracia são **menores** do que nos países onde essa disciplina não é obrigatória. O resultado do modelo 2 refuta a hipótese de que Sistemas educacionais que **incluam educação cívica obrigatória** com ênfase em valores democráticos estão associados a **níveis mais altos de apoio individual à democracia**. Esse resultado tem implicações diretas para a área do comportamento político, sugerindo que a simples inclusão desses conteúdos não é o suficiente para alocar o apoio à democracia em níveis mais altos de avaliação. Além disso, compreender a correlação entre educação cívica e apoio à democracia é essencial para aprofundar a compreensão sobre os mecanismos que fortalecem ou fragilizam regimes democráticos. A forma como a educação estrutura percepções políticas e influencia atitudes individuais é um tema central na Ciência Política, especialmente diante do avanço de tendências autoritárias e da manipulação ideológica por meio de sistemas educacionais. Este estudo contribui ao fornecer uma análise empírica dessa relação, destacando a necessidade de investigações mais robustas sobre os impactos de políticas educacionais na formação de cidadãos politicamente engajados e comprometidos com valores democráticos.

No entanto, este estudo apresenta algumas limitações que precisam ser evidenciadas e esclarecidas. A priori o estudo não oferece uma explicação causal, para isso seria necessário abordagem experimental controlada para estabelecer relações de causa e efeito significativas estatisticamente. Além disso, a análise poderia ser ampliada para um número maior de países, abrangendo diferentes continentes e contextos históricos da implementação da educação cívica obrigatória, além de não se restringir a democracias liberais, e observar o fenômeno em países não-democráticos. Também seria relevante observar como a educação cívica se manifesta em diferentes gerações ao longo do tempo, analisando a evolução do apoio à

democracia em distintos períodos históricos. Por conseguinte, seria necessário considerar variáveis independentes e de controle mais sensíveis como as do V-indoc, adicionando outras como ideologia do professor, educação cívica em outros níveis além do primário, materiais didáticos, além do PIB, considerar variáveis sistêmicas como taxa de desemprego, distribuição de renda, e outras mensurações de suporte a democracia do LAPOP, bem como influência de fatores sociodemográficos a nível individual como classe social, gênero, etnia/raça e nível de formação educacional. A metodologia utilizada, apesar de apropriada, possui desafios na interpretação de coeficientes e nas suposições proporcionais. Além disso, o modelo calcula as probabilidades acumuladas de estar em categorias menores ou iguais a um determinado valor, e não estima diretamente a probabilidade de estar em uma categoria específica. Isso pode exigir cálculos adicionais para uma interpretação mais precisa dos resultados.

Essas considerações oferecem oportunidades para a continuidade e desenvolvimento da agenda de pesquisa, possibilitando esclarecer perguntas como: qual tipo de regime utiliza mais essa estratégia – democracias e autocracias? Em quais contextos a educação cívica se mostra mais eficaz? Quais são as diferenças entre os efeitos da educação obrigatória implementada por governos e da educação cívica promovida por iniciativas não governamentais? Por fim, reafirma-se a importância de observar criticamente e empiricamente o papel da educação cívica, a fim de contribuir para o fortalecimento da democracia e a construção de sociedades mais igualitárias. Como um trabalho de conclusão de curso, este estudo busca não apenas sintetizar a literatura existente e apresentar achados empíricos, mas também servir como base para futuras investigações na Ciência Política sobre a interseção entre educação, regimes políticos e comportamento.

REFERÊNCIAS

- MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Trad. de Manoel Innocêncio de L. Santos Jr. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. 192 p. (Coleção Pensamento Político, 19).
- MONDAK, J. J.; HALPERIN, K. D. **A Framework for the Study of Personality and Political Behaviour**. *British Journal of Political Science*, v. 38, n. 2, p. 335–362, abr. 2008.
- AGUSTINA S. PAGLAYAN. Education or Indoctrination? The Violent Origins of Public School Systems in an Era of State-Building. **American Political Science Review**, v. 116, n. 4, p. 1242–1257, nov. 2022.
- AMERICASBAROMETER. **LAPOP Lab**. Dominican Republic, 2021. Disponível em: <www.vanderbilt.edu/lapop>. Acesso em: 28 jan. 2025
- ANSELL, B.; LINDVALL, J. The Political Origins of Primary Education Systems: Ideology, Institutions, and Interdenominational Conflict in an Era of Nation-Building. **American Political Science Review**, v. 107, n. 3, p. 505–522, ago. 2013.
- BBC. **Mesmo sem lei, Escola sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/11/05/mesmo-sem-lei-escola-sem-partido-se-espalha-pelo-pais-e-ja-afeta-rotina-nas-salas-de-aula.ghtml>>.
- BROMLEY, PATRICIA ET AL. **World Education Reform Database (WERD)**. Havard Dataverse, , 2023. Disponível em: <<https://dataverse.harvard.edu/citation?persistentId=doi:10.7910/DVN/C0TWXM>>
- BUSEMEYER, M. R.; TRAMPUSCH, C. Review Article: Comparative Political Science and the Study of Education. **British Journal of Political Science**, v. 41, n. 2, p. 413–443, abr. 2011.
- CAVAILLE, C.; MARSHALL, J. Education and Anti-Immigration Attitudes: Evidence from Compulsory Schooling Reforms across Western Europe. **American Political Science Review**, v. 113, n. 1, p. 254–263, fev. 2019.
- CHRIS PANDOLFO. Thousands protest “gender ideology” in Canada, Trudeau condemns “transphobia, homophobia, and biphobia”. 2023.
- CLAASSEN, C.; MAGALHÃES, P. The Political and Moral Economies of Democratic Support. **SSRN Electronic Journal**, 2020.
- CONVERSE, P. E. The nature of belief systems in mass publics (1964). **Critical Review**, v. 18, n. 1–3, p. 1–74, jan. 2006.
- DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H. Citizens and Political Behavior. Em: DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H. (Eds.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. 1. ed. [s.l.] Oxford University Press, 2009. p. 3–26.
- DE S. PAULO, F. **Trump assina decreto que coloca fim à educação racial e de gênero nas escolas**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/01/trump-assina-ordem-que-coloca-fim-a-educacao-racial-e-de-genero-nas-escolas.shtml>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

DEL RÍO, A.; KNUTSEN, C. H.; LUTSCHER, P. M. Education Policies and Systems Across Modern History: A Global Dataset. **Comparative Political Studies**, p. 00104140241252075, 14 maio 2024.

E. FINKEL, S.; NEUNDORF, A.; RASCÓN RAMÍREZ, E. Can Online Civic Education Induce Democratic Citizenship? Experimental Evidence from a New Democracy. **American Journal of Political Science**, v. 68, n. 2, p. 613–630, abr. 2024.

FEDERICO, C. M. Ideology and Public Opinion. n. 3rd edition, p. 24, 2019.

FINKEL, S. E.; SMITH, A. E. Civic Education, Political Discussion, and the Social Transmission of Democratic Knowledge and Values in a New Democracy: Kenya 2002: CIVIC EDUCATION AND POLITICAL DISCUSSION IN A NEW DEMOCRACY. **American Journal of Political Science**, v. 55, n. 2, p. 417–435, abr. 2011.

GALSTON, W. A. Political Knowledge, Political Engagement, and Civic Education. **Annual Review of Political Science**, v. 4, n. 1, p. 217–234, jun. 2001.

KARP, J. A.; BANDUCCI, S. A. Political Efficacy and Participation in Twenty-Seven Democracies: How Electoral Systems Shape Political Behaviour. **British Journal of Political Science**, v. 38, n. 2, p. 311–334, abr. 2008.

KNIGHT, K. Transformations of the Concept of Ideology in the Twentieth Century. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 619–626, nov. 2006.

KNUTSEN, O. Attitudes, values and belief systems. Em: FISHER, J. et al. (Eds.). **The Routledge Handbook of Elections, Voting Behavior and Public Opinion**. 1. ed. [s.l.] Routledge, 2017. p. 343–356.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, DANIEL. **Como as Democracias Morrem**. [s.l.] Zahar, 2018.

LINDSKOG, H.; CARELLI, D. Children of the State: Ideological Education Increases Support for Autocratic Leadership. out. 2024.

LINDSKOG, H.; OSKARSON, M. Generational differences in disguise? A longitudinal study of the liberalising effect of education on socio-cultural attitudes. **West European Politics**, v. 46, n. 3, p. 500–525, 16 abr. 2023.

LIPSET, S.M. **Political Man: The Social Bases of Politics**. Library of Congress, EUA. 1960.

LUPU, N. The Kids Are Alright: Political Generations, Authoritarian Legacies, and Democratic Attitudes in Latin America*. 14 ago. 2023.

MALTA, M. Lei nº 9.394. Programa Escola sem Partido. . 3 maio 2016.

NEUNDORF, A. et al. Varieties of Indoctrination: The Politicization of Education and the Media around the World. **Perspectives on Politics**, v. 22, n. 3, p. 771–798, set. 2024.

PERSSON, M. Education and Political Participation. **British Journal of Political Science**, v. 45, n. 3, p. 689–703, jul. 2015.

SANBORN, H.; THYNE, C. L. Learning Democracy: Education and the Fall of Authoritarian Regimes. **British Journal of Political Science**, v. 44, n. 4, p. 773–797, 2013.

SARTORI, G. POLITICS, IDEOLOGY, AND BELIEF SYSTEMS. **THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE REVIEW**, v. 63, 1969.

SCHREIBER, M. Como movimentos similares ao Escola sem Partido se espalham por outros países. **Como movimentos similares ao Escola sem Partido se espalham por outros países**, 13 jun. 2018.

STUBAGER, R. Education effects on authoritarian–libertarian values: a question of socialization¹. **The British Journal of Sociology**, v. 59, n. 2, p. 327–350, jun. 2008.

The Democratic Space Barometer. , 2016. Disponível em: <<https://v-dem.net/demspace>>

THE INTERCEPT BRASIL. Escolas paralelas. **Brasil Paralelo: programa que capta ‘mecenas’ para combater a esquerda já chegou a 284 escolas e ONGs**, 27 nov. 2024.

WLEZIEN, C.; SOROKA, S. N. The Relationship between Public Opinion and Policy. Em: DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H. (Eds.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. 1. ed. [s.l.] Oxford University Press, 2009. p. 799–817.

WORLD BANK. *World Development Indicators*. Washington, D.C.: World Bank, 2024. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.